

Cadernos de Cultura e Ciência

Culture and Science Periodicals

01

Ensaaios e Resenhas

Um estudo da concordância verbal no português popular do Brasil

A study of the verbal agreement in the popular portuguese from Brazil

Sandra Espínola dos Anjos Almeida*

Universidade Regional do Cariri, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Línguas e Literaturas

Um estudo da concordância verbal no português popular do Brasil

A study of the verbal agreement in the popular portuguese from Brazil

Sandra Espínola dos Anjos Almeida

Universidade Regional do Cariri, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Linguas e Literaturas

RESUMO

A concordância verbal é um dos aspectos gramaticais que mais suscita dúvidas, em vista de seu grande número de regras e exceções. A Sociolinguística Variacionista contribui para o estudo desse fenômeno sintático, buscando explicá-lo a partir do pressuposto de que toda variação e mudança que ocorre na língua é condicionada por restrições lingüísticas (estruturais) e extralingüísticas (sociais). Assim, tendo como base os pressupostos variacionistas, é apresentado um estudo acerca da concordância na relação verbo-sujeito de 3ª pessoa do plural (Ex: Eles foram/Eles foi), partindo de um ponto de vista histórico e também variacionista.

Palavras-chave: Sintaxe, concordância verbal, variação

ABSTRACT

The verbal agreement is one of the grammatical aspects that more have doubts, in point of view about your great number of rules and exceptions. Variationist Sociolinguistics contributes to the study of that syntactic phenomenon, looking for to explain it starting from the presupposition that all variation and change that it happens in the language are conditioned by linguistic restrictions (structural) and extralinguistical (social). Thus, have as base the variationist presuppositions, this study will be presented concerning the agreement in the relationship verb-subject of 3rd person of the plural (Example: They were/They was), from a historical point of view and also variationist.

Key words: Syntax, verbal agreement, variation

A concordância verbal (doravante CV) é um campo aberto para muitas e intrigantes questões. Esse fenômeno sintático é um dos pontos da Gramática Tradicional que mais chama a atenção por apresentar regras, que em número muito grande, acabam dificultando seu ensino e aprendizagem na escrita, levando o usuário da língua a um estado de insegurança ao fazer uso desse processo sintático.

Um fator importante relacionado ao entendimento e uso da CV é o seu forte apelo social, ou seja, o usuário iletrado, que faz menos uso da concordância verbal e nominal, é estigmatizado por usuários escolarizados. O preconceito lingüístico é só mais uma entre tantas formas de discriminação social; uma ponte que separa as classes alta e baixa.

A gramática, com todas as suas prescrições, é um dos meios pelos qual a camada social mais alta se impõe sobre a mais baixa, tendo como aliada à língua escrita, difundida nas salas de aula e transformada em dogma pela escola.

As gramáticas pedagógicas apresentam uma certa

incoerência ao tratarem da CV. Primeiro, limitam-na à concordância do verbo ao seu sujeito correspondente, mas, em seguida, apontam outros termos com os quais o verbo pode concordar (predicativos, expressões numéricas e partitivas).

Na visão normativa prescritiva da Gramática Tradicional (GT), a ausência da marca de plural no elemento verbal, quando determinado por um sujeito plural, é considerada erro.

Ao contrário, para alguns lingüistas, a ausência de CV na 3ª pessoa do plural deve-se a dois processos variáveis: à não aplicação da marca de concordância verbal e ao efeito de desnasalização que incide sobre a forma verbal, mesmo quando esta sofre a flexão pedida pelo sujeito plural.

Partindo desse pressuposto, o estudo ora apresentado se baseia em autores como Silva Neto (1977), Melo (1946 E 1951), Marroquim (1934), Naro & Scherre (1993), Naro & Lemle (1976), Guy (1981, 1989) e outros.

O Fenômeno da CV sob os pontos de vista histórico e sociolingüístico

A CV é um fenômeno gramatical (de cunho estigmatizante, quando não realizada) que possui uma relação muito próxima com o domínio social e cultural, pois sua aplicação é condicionada por fatores sociolingüísticos.

Como é grande o número de prescrições, muitas vezes, a concordância se dá mais pelo critério semântico do que formal, como por exemplo: “Quando o sujeito é constituído por expressão partitiva (Ex: *parte de, uma porção de, o grosso de, o resto de, metade de e equivalentes*) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural” (CUNHA & CINTRA, 1985:488).

A respeito disso, Cunha & Cintra (1985, p.488) afirmam:

“A cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo.”

Segundo BECHARA (1964, p.362), “diz-se concordância verbal a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração”.

Da mesma forma, ALMEIDA (1961, p.380) revela que há certos casos curiosos em que o verbo deixa de concordar com o sujeito para concordar com o predicativo. Para ele, “(..) constitui êsse um fenômeno de ‘concordância por atração’ e se opera sempre que na frase entra o verbo ser ou parecer e um sujeito constituído *de o, aquilo, isso, isto, tudo: (...).*”

Para esse autor, “concordância é o processo sintático pelo qual uma palavra se acomoda na sua flexão, com a flexão de outra palavra de que depende” (ALMEIDA, 1961, p. 368). Segundo ele, os termos que na oração devem concordar são: o verbo, que se acomoda ao sujeito; o adjetivo, que concorda com o substantivo; o predicativo, que concorda com o sujeito e o pronome, que concorda com o nome a que se refere.

Assim é visto o processo de CV na língua escrita, e, com relação à língua falada, fonte lingüística usada

neste trabalho, alguns estudiosos possuem uma visão diferente e mais flexível. Por exemplo, MELO (1951) acredita que a ausência de concordância não afeta a clareza e a inteligibilidade da frase e que esse processo não passa de um reflexo da lei do menor esforço e a busca pela simplificação. Essa ausência significaria apenas uma maneira de dispensar um traço redundante.

Para SAID ALI (1964, p.279)

“A concordância não é, como parecerá à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir, num termo determinante ou informativo, o gênero, número ou pessoa já marcados no termo determinado ou de que se fala, é antes uma redundância.”

A CV, no português brasileiro falado, pode ser observada sob duas perspectivas diferentes: a normativa prescritiva e a variacionista.

Na visão normativa prescritiva da Gramática Tradicional (GT), a ausência da marca de plural no elemento verbal, quando determinado por um sujeito plural, é considerada erro.

Conforme SILVEIRA (1964, p.218), a ausência de concordância entre o sujeito e o predicado ocorria com frequência no português arcaico. Da mesma forma, segundo esse autor,

“a língua moderna, sobretudo na sua modalidade popular, revela vestígios dessa antiga arbitrariedade, principalmente quando o sujeito do plural vem depois do predicado: tende êste a ficar no singular como se, empregando primeiro o predicado, a pessoa que fala o deixasse no singular por ainda não ter pensado em que número vai dizer o respectivo do sujeito”.

Na perspectiva variacionista, por outro lado, a ausência de concordância entre os elementos do SV é vista como decorrente de fatores estruturais e sociais e esse fenômeno segue um curso evolutivo no português falado no Brasil.

MELO (1946, p.63) já apontava a dimensão social como forte condicionadora da concordância de número. Segundo ele, a simplificação das flexões nominal e verbal constitui o elemento mais original e característico da fala popular brasileira, tendo sido determinada pela influência conjugada tupi-negra.

O resultado dessa influência, principalmente da africana sobre o português, foi, segundo o autor, a simplificação das flexões verbal e nominal de número que se pode perceber na fala popular.

Ao se referir a essa influência afro-tupi, MELO (1946, p.60) afirma:

“Quer-me parecer que a influência na língua até certo ponto correu parilhas com a miscigenação racial e com a importância social do negro na

formação histórica do Brasil, e que ao africano muito mais que ao índio se deve a tendência à simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas extra-românicas que se notam na fala popular brasileira.”

Segundo MELO (1946), o sinal de plural só aparece no determinante, e o verbo, de regra, só apresenta oposição de formas entre a primeira e as demais pessoas.

Exemplos

Presente do indicativo

(pode conter uma forma para a primeira pessoa e outra para as demais pessoas ou pode conter três formas).

Eu amo	Eu vivo	Eu parto
Tu ama	Tu veve (vive)	Tu parte
Ele ama	Ele veve (vive)	Ele parte
Nós ama (ou amamo)	Nós veve (vivemo)	Nós parte (partimo)
Eles ama	Eles veve (vive)	Eles parte

Imperfeito

(uma forma para todas as pessoas)

Eu amava	Eu vivia
Tu amava	tu vivia
Ele amava	Ele vivia
Nós amava	Nós vivia
Eles amava	Eles vivia

Perfeito

(podem ocorrer quatro formas)

Eu amei
Tu amô
Ele amô
Nós amô
Eles amô (amárum)

Em sua visão tradicional, MELO (1946, p.83) acredita ser a simplificação flexional um *desvio* (passível de correção) que está lado a lado com uma forma padrão, para ele, uma língua-padrão, amplamente flexionada e que continua a representar o ideal lingüístico da comunidade.

Diante da crença de que a simplificação flexional é um desvio da norma, MELO (1946, p.84) vê a instrução como um mecanismo de *reajustamento* lingüístico, pois, segundo ele, à medida que se eleva na escala social ou que recebe instrução, o negro, o matuto ou o urbano atrasado começa a falar “melhor” (conforme palavras de MELO, 1946, p.84), flexionando os nomes e os verbos.

MARROQUIM (1934, p.69) menciona o desaparecimento dos ditongos *ão*, *em* e *am* quando o

primeiro, sendo átono, vale o [u] (*Estêvo, órfo* etc.); o segundo, átono final, soa como i, com o desaparecimento da nasalidade (*virgi, hómi* etc.); e o terceiro, referente à 3ª pessoa do plural, tem essa terminação transformada em o [u] (*fizéro, quiséro, amáro* etc.). Afirma o autor:

“Não creio que a transformação do am em o seja uma forma mais recente, nem uma reação culteranista da dialeção. Antes quer-me parecer a persistência de uma forma arcaica do português, petrificada na conjugação matuta, sendo assim, mais antiga que as outras flexões.”

Segundo João Ribeiro e Leite de VASCONCELOS (apud MARROQUIM, 1934, p.69-70, 135), no séc.

XVI, quando o Brasil foi descoberto, os aventureiros, exploradores e o povo que emigrou para essa terra, levaram consigo, não a língua culta dos quinhentistas, mas a linguagem documentada pelo séc. XV: uma língua popular e plebéia, formada e documentada na literatura daquele século e que se estendeu na literatura do séc. XVI (até a metade deste século), quando tornou-se vulgar.

Para MARROQUIM (1934, p.71), formas como *quizerom, matarom, pedirom, poderom* transformaram-se em *quizéro, matáro, pedi-ro, podéro* na língua popular, devido a uma força fisiológica que age na eliminação da nasal.

O autor acrescenta, ainda, que o dialeto popular do matuto se caracteriza pela tendência em uniformizar, abolindo a flexão verbal e deixando ao pronome sujeito o encargo de indicar as pessoas gramaticais do discurso.

O pretérito do indicativo, entretanto, foge a essa regra e flexiona a 3ª pessoa do plural, resultando nas formas que foram vistas acima. Isto, segundo MARROQUIM (1934, p.72), deve-se a duas causas: a tradição da forma arcaica e o exemplo das formas atuais, como *fizeram, pediram, quizeram*, que são ouvidas entre as pessoas que, nas palavras do autor, “falam bem”.

A explicação para o fenômeno da simplificação verbal, segundo SILVA NETO (1977, p.13), encontra-se na influência lingüística herdada dos portugueses, escravos e índios durante a colonização brasileira, no período colonial. Para ele, “É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada crioulo, ou semi-crioulo pela lingüística moderna”.

Essa influência foi sendo eliminada, nos grandes centros, graças à escola, porém, na zona rural, essa linguagem sobreviveu, principalmente nos pontos mais isolados.

O autor fala, ainda, do papel do *aloglota*, isto é, “daquele que se encontra subitamente diante de uma língua nova, que deve aprender de outiva, e falar sem a necessária preparação” (SILVA NETO, 1977, p.115). O autor diz mais:

“(…) desde há muito, há uma deriva indo-européia que caminhava no sentido da simplificação das flexões. Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações.”

Então, pode-se dizer que, segundo o autor, na constituição do português brasileiro, desde o séc. XVI, existem duas derivas: uma bastante conservadora, que se desenvolve muito lentamente, e outra a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada.

Ao tratar de alguns exemplos de pronúncias regionais, SILVA NETO (1977) volta-se para o fenômeno da perda da nasalidade final na linguagem popular e regional de todo o país. Essa perda ocorre em formas como *virgem > virge, homem > home, quizeram > quiséro, foram > foro*. Da mesma forma que MARROQUIM (1934), SILVA NETO (1977) considera essa redução paralela à *órfão > órfo, Cristovão > Cristovo, Estêvão > Estevo*. Essas formas também são conhecidas no português de Portugal, onde são encontradas ainda: *andaro, biero, home, fugiro, erguero*.

NASCENTES (1953 apud NICOLAU, 1984, p.45), ao tratar das formas de 3ª pessoa do plural do indicativo, registra *amaru, deveru, partiru*, e ressalta que

“Houve uma forma arcaica –arom, lat. –arunt, que por analogia com a terminação do imperfeito teria dado –aram (Meyer-Lubke, Grammaire, II, §276), mas a forma popular –aro não representa a conservação do arcaísmo denasalado mas sim uma corruptela da forma correta –aram.”

Para MELO (1946, p.62), os africanos, ao se estabelecerem no Brasil, adotaram o português como segunda língua e nela imprimiram seus hábitos lingüísticos, um deles, a simplificação da morfologia através da redução das flexões. Essa redução atingiu mais uma camada social do que outra, ou seja, a camada de *status* social mais baixo. O autor diz ainda (MELO, 1946, p.64):

“À medida que se vai subindo a escala social, vai diminuindo esta fôrça simplificadora. Nas camadas menos baixas e nas médias já se faz melhor a concordância, mas, até nas camadas acima de médias, ainda se pode pescar aqui e ali no falar descuidado, ausência de flexão numérica nos nomes e nas 3ªs pessoas dos verbos.”

A passagem do *ão* para *o* surdo, [-ãw] > [-u], na 3ª pessoa do plural do perfeito do indicativo, como: *fizeram > fizero, andaram > andaro* etc., MENDONÇA (1973 apud MELO, 1946, p.66) considera como um fato, entre outros, devido à influência africana, porém

MELO (1946, P.66) contesta essa opinião, ao afirmar, baseado na obra de Leite de Vasconcelos de 1928, que essa forma verbal já existia em dialetos portugueses, seguindo a seguinte evolução: *-unt>-om>-o — amarunt>amarom>amaro*.

Há também uma tendência em pluralizar o determinante, embora não aconteça o mesmo com o verbo, pois a pluralização deste daria um caráter redundante à frase.

A respeito desse fato, SAID ALI (1964, p.279) afirma o seguinte:

“O sistema de sufixos de pessoa, tão desenvolvido no verbo das antigas línguas sintéticas, e que caracterizava a concordância do verbo com o sujeito, perdeu o seu valor em muitas línguas modernas, bastando nestas mencionar-se o pronome sujeito.”

Na linguagem popular e, mais freqüentemente, nas camadas mais baixas da sociedade, em geral rareiam as desinências de plural, que tendem a se restringir ao primeiro determinante da frase. Essa atitude simplista do menor esforço traz conseqüências ao verbo. Ocorre, muitas vezes, a oposição apenas entre a primeira e as demais pessoas do verbo. Em casos como: *“ele compra”, “nós compra”, “eis compra”*(cf. MELO, 1946, p.63). Outros exemplos desse processo podem ser encontrados em MELO (1946, p.80): *“Aqueles cadera chegô”, “Os homi chegô”*.

No português arcaico, SILVEIRA (1964, p.219) aponta a ausência de concordância entre o sujeito e o predicado como tendo influência principalmente na posposição do sujeito. Segundo ele,

“A língua portuguesa, sobretudo na sua modalidade popular, ainda revela vestígios dessa antiga arbitrariedade, principalmente quando o sujeito do plural vem depois do predicado: tende êste a ficar no singular como se, empregando primeiro o predicado, a pessoa que fala o deixasse no singular por ainda não ter pensado em que número vai dizer o respectivo sujeito.”

Adotando uma ponto de vista variacionista e com o objetivo de estudar a mudança na sintaxe de concordância, no português brasileiro, NARO & LEMLE (1976, p.260) partem do pressuposto de que a perda de concordância ocorre mais precisamente

com aquelas formas verbais menos salientes ou perceptíveis.

Assim, para esses autores, a CV no português do Brasil é uma regra sintática variável, e sua aplicação em contextos de 3ª pessoa do plural é determinada pelo grau de saliência fônica que estabelece a oposição entre as formas do singular e as do plural.

Segundo NARO (1981, p.64), no português padrão, um verbo deve concordar com seu sujeito, caso este elemento recente esteja explícito ou apagado, anteposto ou posposto.

GUY (1981), ao estudar o português popular do Brasil no falar carioca, com dados do *Projeto de Pesquisa Competências Básicas do Português*, observa que, no português popular do Brasil, pode ser encontrada variabilidade nos elementos que compõem o sintagma nominal (SN) e nos que compõem o sintagma verbal (SV), podendo ser encontradas formas, como: *as casaø, eles cantaø*.

Segundo ele, o sistema de concordância do português é caracterizado, primariamente, por um sufixo *-s* no sistema nominal e nasalização da vogal final, representada por *-m* e morfofonemicamente como *-N*, no sistema verbal. Portanto, para muitas palavras, a variação na concordância de número se dá quando há um apagamento da sibilante final ou uma desnasalização das vogais finais.

O português brasileiro padrão (PB) possui um sistema de concordância bastante extenso e obrigatório. Os padrões de concordância do PB do período arcaico incorporaram novas formas, ao longo do tempo, com a crescente influência latino-clássica e pela evolução natural do idioma.

Para GUY (1981) é muito comum, no português brasileiro não padrão (PNP), ouvirem-se sentenças com sujeito no plural e verbo no singular, acontecendo essencialmente nas formas de 3ª pessoa. Dois são os motivos para este fato: primeiro é a posposição do sujeito, que é muito menos provável de ser marcado quando assume essa posição, e o segundo envolve a morfologia de marcação do plural do verbo português.

Para esse autor, essas variações (nominal e verbal) não são distribuídas uniformemente na comunidade. Por exemplo, os falantes das classes média e alta apresentam um maior uso das regras de concordância nominal e verbal do que a classe baixa.

Conforme NARO (1981, p.64), “As variantes populares tendem a ocorrer mais freqüentemente na

fala das classes de nível sócio-econômico mais baixo. Enquanto as variantes *standard* são mais freqüentes na fala dos níveis sócio-econômicos mais altos, em rádio e televisão etc".

GUY (1981, p.107) menciona, ainda, que o marcador de plural absolutamente regular na 3ª pessoa do português padrão é a nasalização da sílaba final (ditongo ou vogal) e essa nasalização é acompanhada regularmente por uma ditongação, que ocorre devido ao fato de algumas vogais, no singular, passarem por um alongamento, quando são não acentuadas.

Portanto, na visão de GUY (1981), a ausência de CV na 3ª pessoa do plural deve-se a dois processos variáveis: à não aplicação da marca de concordância verbal e ao efeito de desnasalização que incide sobre a forma verbal, mesmo quando esta sofre a flexão pedida pelo sujeito plural.

De acordo com NARO & LEMLE (*apud* GUY, 1986, p.7), o português popular do Brasil (PPB) é descendente, via mudança sintática "natural", de alguma variedade anterior do português que teve as regras de concordância de número categóricas e obrigatórias, como no *standard* moderno. A inovação, para eles, é a ausência de concordância em contextos onde a língua padrão a requer, e interpretam a saliência, mostrando que ocorre mais inovação (isto é, mais ausência de concordância) nos ambientes menos salientes.

Essa perda de concordância de número no PPB levanta uma discussão entre alguns estudiosos como Guy que acreditam na influência ancestral de uma variedade de *pidgin* ou crioulo sobre o fenômeno da CV, que, atualmente, estaria passando por um processo de descrioulização. NARO (1981), NARO & SCHERRE (1993), BAXTER & LUCCHESI (1997) e LUCCHESI (1998b) divergem dessa visão, mesmo sob ótica diferente.

Assim, poder-se-ia dizer que, com a vinda de escravos negros da África para o Brasil, veio uma forma lingüística de concordância de número não marcada. Já no Brasil, supõe-se que com o contato daquela forma com a forma marcada dos portugueses colonizadores, houve um processo de aquisição da forma padrão do supestrato dominador. Desse contato, o *pidgin* pode ter se expandido, de geração a geração, passando de pai para filho, e tornando-se uma língua crioula. A descrioulização pode ter surgido justamente do contato com traços irregulares da forma padrão portuguesa, ou seja, um crioulo adqui-

rindo formas não-crioulas.

GUY (1986, p.10 e 1989, p.232-3) afirma que a concordância de número no português popular do Brasil estaria passando por um processo de descrioulização que, basicamente, estaria ligado a um antecedente crioulo do português brasileiro, ao qual faltava marcas de concordância de número e que seguiu em direção ao dialeto padrão, através da aquisição destas marcas. Segundo este autor, há evidências de que os ancestrais de muitos falantes do português popular do Brasil moderno não falavam o *standard* histórico, mas sim, uma variedade de "pidgin" ou crioulo.

Conforme esse autor (GUY, 1989, p.233), as línguas africanas que mais influenciaram o PPB (que foi falado pela maioria dos escravos vindos ao Brasil) pertenciam a dois grupos: o grupo *Kwa* da África ocidental, especialmente *Ibo* e *Yorubá*, e as línguas *Bantu* de Angola e da Bacia do Rio Congo. Todas estas línguas, segundo o autor, aplicavam marcadores de plural no início do SN. *Ibo*, por exemplo, indica pluralidade por um marcador, ómo, no início do SN, e não usa concordância nem sufixo. *Yorubá* marca pluralidade por meio do pronome pessoal de terceira pessoa awon, também localizado no início do SN. As línguas *Bantu*, embora não tenham regras de concordância, marcam a pluralidade através de prefixos, isto é, classificadores obrigatórios de nomes que indicam ambos o número (singular e plural) e a classe gramatical.

GUY (1986, p.8) levanta a hipótese de que o antecedente crioulo do PPB moderno não tinha regras de concordância, como é o caso de muitas línguas crioulas atestadas. Assim, a atual situação pode ter resultado de um processo de mudança direcionada, associado à descrioulização. Por isso, as inovações que deram origem à concordância variável do moderno português popular brasileiro teriam sido uma aquisição gradual e parcial das regras de concordância de número, e daí sua expansão para novos contextos.

Além disso, segundo GUY (1986, p.8), essas mudanças teriam envolvido empréstimo ou imitação (por parte de outros falantes) do uso do português padrão dos falantes de maior prestígio, sendo,

portanto, deliberadas ou mudanças direcionadas, diferente das “naturais”, que são inconscientes. Se a inovação foi a presença, e não a ausência da concordância de número, então os dados da saliência significaram a mais recente e mais extensiva adoção da inovação naqueles ambientes mais salientes ou perceptíveis para o falante descrioulizar.

Para GUY (*apud* Lucchesi, 1998b, p.75),

“após a perda das regras de concordância decorrentes do processo prévio de criouliização, estaria em curso um processo de (re) aquisição dessas regras a partir dos contextos em que elas fossem mais salientes, caracterizando assim um processo de descrioulização, pois o processo de mudança se daria em direção à língua alvo: o português standard.”

Diferentemente de Guy, NARO (1981) considera que a concordância de número no português brasileiro, mais especificamente a verbal, está passando por um processo de mudança, caminhando em duas direções opostas: uma em direção a um sistema sem marcas, envolvendo um mecanismo de perda pela comuni-dade; outra em direção a um sistema com marcas, envolvendo, portanto, um mecanismo de aquisição dessas mesmas marcas, por parte do indivíduo. Assim, na comunidade observada por Naro, pode haver falantes num processo de aquisição da forma marcada, enquanto outros podem estar, ao mesmo tempo, num processo de perda dessa forma.

NARO & SCHERRE (1993, p.437) apontam três forças atuantes na produção do português popular do Brasil: algumas vindas da Europa, outras da América, e outras da África. Segundo eles, deve-se lembrar do importante papel desempenhado pelos índios, pelos primeiros colonos portugueses, além de outras forças em interação com a deriva secular trazida da Europa, e não apenas atribuir um papel exclusivo a um suposto *pidgin* ou crioulo de base lexical portuguesa.

“Parece então improvável que tenha existido no Brasil uma língua *pidgin* ou crioula de base lexical portuguesa associada predominantemente com a etnia afro-brasileira ou ameríndia. Tal língua era dispensável, dada a existência de outras ‘línguas gerais’, de bases não européias, que já preenchiam as necessidades comunica-tivas da população (NARO & SCHERRE, 1993, p.441).”

BAXTER & LUCCHESI (1997, P.75-81) e Lucchesi (1998b, p.94) divergem, parcialmente, da idéia de Guy sobre a criouliização, lançando uma outra hipótese sobre o processo aquisitivo, especialmente no português do Brasil. De acordo com ele, o contato entre a língua trazida pelos escravos e a dos portugueses, durante a colonização, gerou um dialeto que tinha como alvo a língua dos senhores, mas como o contato entre escravos e senhores não era possível, esse dialeto foi se afastando da língua alvo e transformando-se em um *pidgin*, que influenciou irregularmente os descendentes desses escravos, gerando assim, um semi-crioulo. Em outras palavras, uma Língua 2 (L2) dos pais, devido à dificuldade de acesso à língua alvo, serve como modelo irregular para a Língua 1 (L1) dos filhos, gerando uma nova língua.

Considerando que a população de escravos era formada principalmente por adultos e era constantemente renovada pela chegada de novos escravos, e que a maioria destes não entrava em contato direto com os senhores, fica evidente, nas palavras de Baxter & Lucchesi (1997), a limitação a um bom modelo lingüístico de superstrato.

Assim, segundo Baxter & Lucchesi (1997, p.71-2):

“Teria faltado um modelo nítido para a primeira geração de falantes do crioulo. O modelo do seu processo de aquisição teria sido de fato uma língua segunda (L2) que não passava de uma versão defectiva da língua de superstrato, ou seja, uma L2 adquirida unicamente através de um contato precário.”

BAXTER & LUCCHESI (1997, P.79-81) e LUCCHESI (1998b, p.73-4) faz uma distinção entre norma culta e norma vernacular, chamando-as de *standard* e *substandard*, respectivamente. A primeira corresponderia às camadas mais escolarizadas da sociedade, e a segunda às camadas menos escolarizadas.

À semelhança do que acontecera no passado (na colonização e no período imperial), neste século, as camadas socialmente mais baixas estariam passando por influências da norma culta, através dos meios de comunicação, ensino, muitas vezes precário e, até mesmo do contato direto, e assim estariam

perdendo as marcas das alterações produzidas pelo contato entre línguas, que ocorreu nos séculos passados, mesmo nos dialetos rurais mais afastados da zona urbana.

Então, conforme LUCCHESI (1998b, p.93-4), haveria duas normas no português brasileiro: a norma culta, que mostra uma tendência de mudança em direção ao afastamento do padrão normativo, partindo das classes mais altas para as mais baixas («mudança de cima para baixo»), e a norma vernacular, com uma tendência de mudança em direção ao padrão culto («mudança de baixo para cima»), mostrando um caráter descrioulizante.

LUCCHESI (1998a, p.94) chega à seguinte conclusão:

“(...) acho mais razoável supor a existência de processos de pidginização/ crioulização de tipo leve, dentro da visão mais ampla de uma transmissão lingüística irregular; sendo mais apropriado falar, no âmbito da história do português brasileiro *substandard*, em termos de sistemas com características crioulizantes, ou semi-crioulos, e não propriamente em *pidgins* e crioulos típicos.”

Sabendo um pouco sobre a evolução e a variação da concordância verbo-sujeito, pode-se prosseguir, apresentando alguns trabalhos que abordam esse fenômeno.

A Sociolingüística pode avaliar quais os fatores estruturais e sociais que condicionam as variantes explícita e zero na concordância verbo-sujeito, pelo fato desta apresentar-se como um fenômeno variável.

Os estudos sociolingüísticos, acerca da concordância verbal, tiveram início no Brasil com os trabalhos pioneiros de Naro e Lemle. O primeiro (NARO & LEMLE, 1976, p.262) foi realizado com apenas três informantes do Rio de Janeiro, mais tarde, em 1977, foi feita uma pesquisa mais extensiva com vinte informantes integrantes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na mesma localidade, e que fazem parte do Projeto de pesquisa *Competências Básicas do Português*. Para esses autores, a regra de CV mostra-se, ainda, categórica nas classes média e alta, mas na classe sócio-economicamente mais baixa essa regra estaria seguindo um curso evolutivo, em direção a um sistema sem marcas.

O trabalho de NARO (1981, p.96) retoma os mesmos dados do *Projeto Competências Básicas do*

Português e reanalisa a variação da regra de concordância verbal no português. Ele conclui que “dois aspectos do processo global de mudança lingüística podem ser distinguidos para propostas analíticas: a atuação (origem), isto é, o ponto inicial, ou, primeiro contexto, de uma mudança e a difusão, isto é, o espriamento subsequente da mudança para outros ambientes.” Naro argumenta, ainda, que, na perda da CV, a força lingüística atuante é a de uma regra de desnasalização das vogais finais que atua sobre as formas verbais do tipo *comem*, produzindo formas que coincidem exatamente com as do singular (*come*). Esta perda de oposição singular/plural causa uma confusão na estrutura de superfície da língua. Para NARO (1981, p.96), a difusão do sistema sem concordância se dá de acordo com o princípio da saliência, que se estende mais fortemente em contextos onde a mudança é menos perceptível e consiste no princípio de que as formas mais salientes são mais favoráveis à presença da marca de concordância, enquanto as menos salientes são desfavoráveis.

NICOLAU (1984, p.7-8, 31) estuda a variação da concordância entre o verbo e sujeito plural, observando os resultados, no português coloquial de Belo Horizonte. Para tanto, ela utiliza dados de 32 informantes de quatro grupos sociais diferentes, de ambos os sexos e distribuídos em dois grupos etários distintos (4 jovens e 4 adultos). Ela observa apenas os casos de sujeito plural (simples ou composto, anteposto ou posposto) perfeitamente identificável.

Vale salientar que essa autora trabalha com a não-aplicação da concordância verbal, ou seja, a aplicação, para ela, é a variante zero (ausência de concordância).

Os resultados obtidos por NICOLAU (1984, p.159) mostram, primeiro, que a ausência de concordância verbal é determinada muito mais pela posição do SN sujeito em relação ao verbo do que pela constituição do SN sujeito; nos casos em que é dificilmente percebida a relação SN/SV (sujeito posposto ao verbo na oração e sujeito constituído de pronome relativo antecedido de SN plural), a ausência de concordância é bastante favorecida.

Segundo, um fator condicionador da flexão verbal no SV, nos casos de 3ª pessoa do plural, é o estilo informal de fala, mas apenas em três (baixo padrão de vida, operários e médio padrão de vida) dos quatro

grupos estratificados. No outro grupo social que representa o alto padrão de vida, é no estilo formal que a ausência de CV se faz mais presente.

Finalizando, de acordo com NICOLAU (1984, p.160), “a ausência de concordância verbal no Português coloquial de Belo Horizonte caracteriza-se como uma variável estável que apresenta nítida estratificação social”.

Um outro trabalho que aborda o fenômeno variável da CV é o de GRACIOSA (1991), que analisa a fala de 18 informantes de nível superior de instrução, pertencentes ao *corpus* do *Projeto de Estudo na Norma Lingüística Urbana Culta (NURC)*, montado na década de 70, na cidade do Rio de Janeiro.

Os resultados de seu estudo apontam que as condições favoráveis à presença da marca de CV são a anteposição do sujeito ao verbo, a proximidade entre o SN e o verbo e a formação de seqüência pelo verbo na cadeia discursiva, condicionada ao efeito do paralelismo.

BORTONI RICARDO (1981) selecionou, com o objetivo de examinar as reações subjetivas à falta de CV na 3ª pessoa do plural no português, dois grupos de falantes (11 homens e 13 mulheres) de diferentes graus de escolarização (superior e supletivo) e alunos da disciplina Língua Portuguesa I. Na realização dos dois experimentos a autora procurou, no primeiro, distinguir duas comunidades de fala em termos de suas reações ao traço de CV; e no segundo, avaliar as reações de universitários à falta de CV nos diversos ambientes morfossintáticos que provaram ser relevantes à presença da marca de concordância na pesquisa de NARO & LEMLE (1976).

No resultado obtido pela autora, o experimento demonstrou que os falantes universitários estigmatizam a concordância verbal não-padrão, ao contrário dos falantes que freqüentam o curso supletivo, os quais, mesmo quando residem na área urbana e possuem curso primário, não estigmatizam essa forma. A autora também constatou que, nas classes desfavorecidas, a incidência da forma não-padrão é mais alta do que entre os estratos de melhor nível de escolarização.

Para realizar um segundo experimento, a autora retoma duas variáveis de alta relevância utilizadas por NARO & LEMLE (1976): classe morfológica do verbo, dividida em seis níveis, que se distinguem entre si pelo grau de saliência fônica, e posição linear do

sujeito na estrutura superficial.

A autora chega a conclusão de que, neste segundo experimento, foi confirmada a hipótese de que a estigmatização do traço de concordância verbal não-padrão varia na razão inversa de seu uso generalizado, ou seja, nos casos em que esse traço ocorre mais freqüentemente, ele é minimamente estigmatizado. Conclui também que o experimento, mesmo que indiretamente, confirma a hipótese de NARO & LEMLE (1976), segundo a qual a CV no português brasileiro é menos provável precisamente onde sua ausência é menos saliente.

ALMEIDA (1999), realizando estudo sobre esse fenômeno em João Pessoa – PB, tendo como base os dados de língua falada do *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba*, que conta com um *corpus* lingüístico de 60 informantes, estratificados segundo sexo, idade e escolaridade, obteve praticamente os mesmos resultados. Estes revelaram duas formas convivendo dentro do mesmo sistema lingüístico, ou seja, a entrada no sistema lingüístico da comunidade de uma forma inovadora (ausência de variante explícita de plural) e a permanência da forma conservadora (presença de variante explícita de plural). Contudo, deve-se levar em consideração a coleta de dados feita em tempo aparente, como também a idéia de que a comunidade de fala pode estar caminhando em direções diversas. Acredita-se ser importante, na investigação do fenômeno da CV, a realização de pesquisas futuras, baseadas em tempo real.

Além desses trabalhos sobre a CV, tem-se referência a outros trabalhos, como: *Língua e contexto sociolingüístico: Concordância verbal no português popular de São Paulo* — ÂNGELA S. RODRIGUES (1992); *A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável* — SÍLVIA RODRIGUES VIEIRA (1997); *A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos* — SCHERRE (1991), entre outros.

Considerações Finais

Após o que foi colocado em torno do processo variável da concordância verbal no PPB, pode-se perceber a importância do estudo desse fenômeno como forma de melhor trabalhá-lo em sala de aula.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da Língua Portuguesa. 13.ed., São Paulo: Saraiva, 1961.
- BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da Língua portuguesa no Brasil. Estudos lingüísticos e literários. Rio de Janeiro, 1997, n.19, p. 65-84.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa: Curso médio. São Paulo: Nacional, 1964.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In.: COUTO, Hildo Honório (org.). Ensaios de lingüística aplicada ao português. Brasília: Thesaurus, 1981.
- COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática histórica. 6.ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 2.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GRACIOSA, Diva M. Dias. Concordância verbal na fala culta carioca. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- GUY, Gregory R. Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history. PhD, Dissertation, Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981, v. 1 e 2, mimeo.
- GUY, Gregory R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: Estudos sobre espanhol de América y lingüística afroamericana. Bogotá, 1989, p. 226-245.
- LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (eds.). Substandard e mudança no português do Brasil. Frankfurt: TFM, 1998, v.6, p.73-99.
- MARROQUIM, Mário. A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco. São Paulo: Nacional, 1934.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico. Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: UFMG, 1992, ano 1, v.1, p. 85-99.
- MELO, Gladstone Chaves de. A língua do Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- _____. Iniciação à filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.
- MELLO, Heliana R. de. et al. O português vernáculo do Brasil. In.: PERL, Matthias; SCHWEGLER, Armin (eds.). América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas portuguesas y criollas. Lengua y sociedad en el Mundo Hispánico. 1998, p. 97-134, mimeo
- NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of a syntactic change. Language: LSA, 1981, v.57, n.1, p. 63-98.
- NARO, Anthony J. & LEMLE, Miriam. Syntactic Diffusion. Papers from the Parasession on Diachronic Syntax, 221-39. Chicago: Chicago Linguistic Society-CLS (Reprinted in Ciência e Cultura, 1976, v. 29, n. 3, p. 259-68, mimeo.
- NARO, Anthony J. & SCHERRE, M. Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. DELTA, 1993, v. 9, n. especial, p. 437-454.
- _____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. Palermo, 1995b. Comunicação apresentada.
- _____. Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. Comunicação apresentada no 26º NWAVE, Québec, Canadá, 1997, mimeo.
- NICOLAU, Eunice M. das Dores. A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolingüística. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1984. Inédito.
- SAID ALI, M. Gramática histórica da Língua portuguesa. 3.ed., São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SCHERRE, M. Marta Pereira. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. Organon - A variação no português do Brasil. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras, 1991, v.5, n.18, p. 52-70.
- SCHERRE, M. Marta Pereira. A concordância de número na escrita padrão. Brasília, 1995. Inédito.
- SILVA NETO, Serafim da. Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil. 4.ed., Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- SILVEIRA, Sousa da. Lições de português. 7.ed., Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.
- TARALLO, Fernando. Tempos lingüísticos: itinerário histórico da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. & ALKMIN, Tania. Falaes crioulos—línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.